

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.353.408 - SP (2012/0236158-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : **ANTONIO JOÃO ABDALLA FILHO**
ADVOGADOS : **TEODORINHA SETTI DE ABREU TONDIN - SP098105**
 JOSÉ MAURO MARQUES - SP033680
EMBARGADO : **LÚCIA ABDALLA ABDALLA**
ADVOGADOS : **FLÁVIO LUIZ YARSHELL - SP088098**
 FELIPE DO AMARAL MATOS E OUTRO(S) - SP314044

DECISÃO

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos por ANTONIO JOÃO ABDALLA FILHO contra decisão que deu parcial provimento ao recurso especial, tendo em vista a necessidade de fixação de honorários advocatícios em sede de execução provisória (liquidação provisória) de sentença, **na sistemática anterior à Lei n. 11.232/2005.**

Insurge-se o embargante, alegando a existência de obscuridade no julgado, a respeito da base de cálculo dos honorários advocatícios, o que pode gerar embaraços quando de sua cobrança.

Sustenta que o *decisum* não é claro ao fixar a verba honorária em "1% do valor da causa", posto que na execução provisória movida pela parte adversa não foi atribuído qualquer valor à causa, conforme se infere das fls. 133/135, mas este foi alcançado após a instrução daquele feito, tendo sido, inclusive, produzido laudo pericial onde restou apurado o montante perseguido pela exequente, ora embargada.

Requer que seja "*(...) esclarecido que o montante dos honorários advocatícios ficam fixados em 1% sobre o valor executado provisoriamente, conforme planilha de fls. e-STJ Fls. 237, ou seja, 1% sobre R\$ 31.591.814,35, atualizados desde setembro/2006.*" (fl. 517)

Decido.

2. Os embargos merecem ser acolhidos.

Com efeito, o julgado é de certa forma obscuro a respeito do montante estipulado a título de honorários advocatícios, posto estes terem sido fixados em percentual sobre o valor da causa, apesar de a executada, em sua peça de ingresso, não ter dado valor algum à execução provisória, sendo que este somente foi alcançado após a instrução e realização de perícia.

Lado outro, consta que o valor foi arbitrado com base em critérios de equidade, forte no art. 20, § 4º, do CPC/73, o que corresponde ao valor de R\$ 315.918,14 (trezentos e quinze mil, novecentos e dezoito reais e quatorze centavos), senão vejamos:

"(...) Assim, ao promover a liquidação da sentença, a recorrida juntou

planilhas que espelham o valor que entende devido, composta da seguinte maneira: R\$ 31.591.814,35 (trinta e um milhões, quinhentos e noventa e um mil, oitocentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos). (fl. 237)

5.1 Por outro lado, a fixação do valor dos honorários advocatícios com base no art. 20, § 4º, do CPC/73), exige o sopesamento harmonioso de vários critérios, tais como o nível de complexidade da causa, o tempo gasto pelo causídico na demanda, a necessidade de deslocamento e o grau de zelo do profissional, evitando-se, em todo caso, a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada.

5.2 De tal sorte, considerando que a execução provisória abrange valor extremamente elevado, bem como o fato de que o causídico também será remunerado pelos honorários fixados no processo principal (ação de cobrança), considero adequada a fixação dos honorários no importe de 1% do valor da causa, o que corresponde a aproximadamente R\$ 315.918,14 (trezentos e quinze mil, novecentos e dezoito reais e quatorze centavos)." (fl. 511) - g.n.

2.1 Portanto, esclareço que, diante das peculiaridades da causa (ausência de valor dado à causa), e considerando que no texto da própria decisão embargada já consta o montante estipulado a título de honorários advocatícios - constando, inclusive, a fundamentação jurídica, isto é, o art. 20, § 4º, do CPC/73 - os honorários de sucumbência referem-se ao valor fixo de R\$ 315.918,14 (trezentos e quinze mil, novecentos e dezoito reais e quatorze centavos).

O trecho que se refere a "1% sobre o valor da causa" (na verdade, valor executado), trata-se apenas da explicação do raciocínio jurídico/matemático que foi adotado para se obter o montante em questão.

2.2 Noutro giro, o embargante requer elucidação sobre a atualização do valor que foi fixado, ou seja, esta deve ocorrer desde setembro de 2006, data da distribuição da execução provisória.

Todavia, quanto aos juros e correção monetária, os quais são decorrência lógica da condenação, a jurisprudência da Casa possui entendimento sólido no sentido de que os honorários advocatícios arbitrados em valor fixo, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, sofrem correção monetária a partir do seu arbitramento.

Nesse sentido, confira-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTIA CERTA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.

1. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que, arbitrados os honorários advocatícios em quantia certa, a correção monetária deve ser computada a partir da data em que fixada a verba.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1155708/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 29/06/2010)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE FIXA OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM QUANTIA CERTA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

(...)

4. Convém enfatizar que, em se tratando de honorários advocatícios fixados em quantia certa, a atualização monetária incide a partir da data da sua fixação, consoante a orientação jurisprudencial firmada por esta Corte nos seguintes precedentes: AgRg no REsp 201.147/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 21.2.2000, p. 131; AgRg no Ag 550.490/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 27.9.2004, p. 225; REsp 117.580/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 25.10.1999, p. 77; REsp 63.661/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, RSTJ, vol. 85, p. 389.

5. Embargos declaratórios rejeitados.

(EDcl no REsp 916064/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2008, DJe 01/10/2008)

Também devem incidir juros de mora sobre a verba advocatícia, desde que, como sói acontecer, haja mora do devedor, a qual somente ocorre a partir do momento em que se verifica a exigibilidade da condenação, vale dizer, do trânsito em julgado da sentença (AgRg no Ag 1144060/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2009; REsp 771029/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2009).

3. Diante do exposto, acolho os embargos de declaração para esclarecer que o montante arbitrado a título de honorários advocatícios é o valor fixo de R\$ 315.918,14 (trezentos e quinze mil, novecentos e dezoito reais e quatorze centavos), com correção monetária a partir do seu arbitramento e juros de mora após o trânsito em julgado da decisão que os fixou.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator